



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quarta-feira - 14 de maio de 2014

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2014

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PPS - PR - PTdoB - SDD)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada

Vice-Líderes: Deputados Bosco e Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PP - PTB - PDT - PSB - PROS - PMN - PSC - PTC - PTN)

Líder: Deputado Inácio Franco

Vice-Líderes: Deputados Bráulio Braz, Carlos Pimenta, Duílio de Castro, Romel Anízio e Tiago Ulisses.

BLOCO MINAS SEM CENSURA - BMSC - (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB)

Líder: Deputado Pompílio Canavez

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Rogério Correia, Ulysses Gomes, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Inácio Franco
Deputado Leonardo Moreira
Deputado Sargento Rodrigues
Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Rogério Correia
Deputado

BTR
BAM
BTR
PDT (vaga cedida pelo BTR)
BTR(vaga cedida pelo BAM)
PT
PMDB

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa
Deputado Wander Borges
Deputado Célio Moreira
Deputado Tenente Lúcio
Deputado Romel Anízio
Deputado Ulysses Gomes
Deputado Sávio Souza Cruz

BTR
BAM
BTR
PDT (vaga cedida pelo BTR)
BAM
PT
PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Pompílio Canavez

PT
BTR
PT

Presidente
Vice-Presidente



Deputado João Leite BTR
Deputado Carlos Pimenta PDT (vaga cedida pelo BTR)

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PT
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Paulo Guedes PT
Deputado Fábio Cherem BTR
Deputado Lafayette de Andrada BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	SDD (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Rogério Correia	PT	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	PT	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Zé Maia	BTR	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	PROS (vaga cedida pelo BAM)	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
-------------------------------	-----	--



Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Bráulio Braz	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	PROS (vaga cedida pelo BAM)	Presidente
Deputado	PMDB	Vice-presidente
Deputada	BTR	
Deputado	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	PT	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT (vaga cedida pelo PDT)	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Célio Moreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Elismar Prado	PT (vaga cedida pelo PDT)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Paulo Lamac	PT (vaga cedida pelo PDT)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Marques Abreu	BAM	Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Mário Henrique Caixa	BAM	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander Borges	BAM
Deputado Cabo Júlio	PMDB
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado André Quintão	PT
Deputado Carlos Pimenta	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado João Leite	BTR
Deputado	PMDB
Deputado Paulo Guedes	PT
Deputado Tiago Ulisses	BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado	PMDB

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Wander Borges	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB (vaga cedida pelo BTR)	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR (vaga cedida pelo BAM)	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado	BTR
Deputado Duilio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	PT

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	Presidente
Deputado Paulo Lamac	PT	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado	BTR	
Deputado Marques Abreu	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT
Deputado João Leite	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Liza Prado	PROS (vaga cedida pelo BAM)

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	BAM	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	PRB (vaga cedida pelo PMDB)	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BAM	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	PDT
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM (vaga cedida pelo BTR)
Deputado	BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Durval Ângelo	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT (vaga cedida pelo PT)	Vice-Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Leonardo Moreira	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Leonídio Bouças	PMDB
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT (vaga cedida pelo PT)

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Bosco	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	
Deputado Wander Borges	BAM	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputada	BTR
Deputado Marques Abreu	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	BAM	Vice-Presidente
Deputado Paulo Guedes	PT	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB
Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Agostinho Patrús Filho	BAM
Deputado Inácio Franco	BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella	SDD (vaga cedida pelo PDT)	Presidente
Deputado Braulio Braz	BAM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputada	BTR	
Deputado Almir Paraca	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR (vaga cedida pelo BAM)
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Elismar Prado	PT

COMISSÃO DE ÉTICA

Reuniões Ordinárias: -

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BTR	Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMC	
Deputado Paulo Lamac	BMC	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMC
Deputado Rogério Correia	BMC



Deputado Tiago Ulisses
Deputado Rômulo Veneroso
Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

BAM
BAM

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 22ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a Algar Telecom pelos 60 anos de sua fundação

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Luiz Alexandre Garcia - Palavras do Sr. Divino Sebastião de Souza - Palavras do Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Elismar Prado - João Leite - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Tiago Ulisses - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Algar Telecom pelos 60 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Divino Sebastião de Souza, presidente da Algar Telecom; Luiz Alexandre Garcia, presidente executivo do Grupo Algar; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal de Desenvolvimento de Belo Horizonte, representando o prefeito municipal Marcio Lacerda; André Sogas de Mello Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; e Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg; a Exma. Sra. deputada Liza Prado; e os Exmos. Srs. deputados Dilzon Melo, Elismar Prado, Wander Borges e Luiz Humberto Carneiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos colaboradores da Algar Telecom: Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Cristiana Reluy de Castro; Ivan Henrique Gonçalves, diretor regional; Luiz Eduardo da Cunha Peppe, assessor de relações institucionais; Kléber João Santos, coordenador regional; e Eleusa Garcia, Eleusinha Garcia e Caio Brant Ribeiro, membros da Algar S.A. Gostaríamos de registrar também a presença dos Exmos. Srs. Agnaldo Diniz, vice-presidente da ACM, representando a entidade, Maurício Cecílio, diretor-vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, e Antônio Eduardo Leite, secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Luiz Luiz Humberto Carneiro

Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a quem agradeço imensamente estar presidindo esta sessão, obrigado, deputado Ivair Nogueira, companheiro como sempre; Sr. Luiz Alexandre Garcia, presidente executivo do Grupo Algar; Sr. Divino Sebastião de Souza, presidente da Algar Telecom; Sr. Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal de Desenvolvimento de Belo Horizonte, representando o prefeito municipal Márcio Lacerda; Sr. André Sogas de



Mello Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; Sr. Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg, que também representa as nossas indústrias de Minas Gerais; deputado Dilzon Melo, meu caro companheiro e amigo, presidente do PTB e 1º-secretário desta Casa; deputada Liza Prado, minha amiga e companheira, deputada uberlandense, que também nos honra muito com a presença nesta homenagem. Estar homenageando uma empresa tão importante para todos nós é uma satisfação, não é mesmo, deputada Liza?

Minhas senhoras e meus senhores, queria dizer a vocês que celebrar aqui hoje os 60 anos da fundação, uma das mais antigas empresas de telecomunicações do País, é uma grande honra para nós, mineiros. Mas o motivo maior de nosso orgulho é poder dizer que as sementes dessa empresa, plantadas no Triângulo Mineiro, frutificaram e, há 60 anos, levam comunicação, desenvolvimento e oportunidades para as principais regiões do Brasil. Mais do que reconhecimento, a Algar Telecom merece todo o nosso respeito: respeito por ser uma empresa 100% brasileira atuando há tanto tempo num segmento altamente competitivo dominado pelas multinacionais; respeito por sua trajetória de luta e pioneirismo iniciada em 1954 por um português, que foi mineiro. Um mineiro tão bom quanto os melhores mineiros pelo que fez pelas telecomunicações de Uberlândia, do Triângulo e do Brasil.

Naquela época, a cidade de Uberlândia, que já demonstrava sua vocação para o progresso, precisava falar com São Paulo, a principal cidade do País, mas uma ligação demorava de um dia a uma semana - vejam bem a dificuldade que tínhamos de nos comunicar. No entanto, Alexandrino Garcia, então presidente da Associação Comercial e Industrial, topou essa luta. Procurou as empresas estrangeiras que prestavam serviço interurbano e ouviu um “não” como resposta: “O interior não nos interessa”. E, como faz um mineiro dos bons, Alexandrino não desistiu. Junto aos seus companheiros, transformou a Telefônica Teixeira na Companhia de Telefone do Brasil Central, atual Algar Telecom, e assumiu o compromisso de ligar Uberlândia e a região do Triângulo Mineiro a todo o Brasil.

Começou ali uma luta incansável. A Algar Telecom encarou um período de profundas transformações de uma sociedade cada vez mais urbana e industrial, no qual as telecomunicações passaram a ser elemento-chave de modernização. Enfrentou e superou o desprezo das multinacionais, a falta de recursos, a burocracia dos órgãos públicos e até o regime militar, que tentou estatizá-la.

Contudo, o sucesso da Algar Telecom não se resume a sua permanência na esfera privada em um momento de estatização do serviço de telefonia no País, nem a sua expansão nacional e consolidação em novos mercados, nem tampouco a sua receita consolidada. Mais do que tudo isso, acredito que o sucesso da Algar Telecom está em sua essência empreendedora, que nos mostra o poder transformador do trabalho do homem com o objetivo de servir pessoas. Usando as palavras do visionário Alexandrino Garcia: é gente servindo gente.

A Algar Telecom é uma empresa do bem, e seu sucesso está na satisfação de encurtar distâncias entre as pessoas, em aproximar famílias e integrar amigos. Está em conectar o interior às capitais brasileiras e interligar culturas. Está na capacidade de usar as mais avançadas tecnologias para conectar instituições, entidades de pesquisa, hospitais e programas sociais.

Sempre pioneira, a Algar Telecom foi a primeira a utilizar fibra óptica; a primeira a oferecer serviços de telefonia móvel em Minas Gerais. Lançou o sistema pré-pago, que revolucionou o serviço celular no Brasil e por aí afora. É uma das maiores geradoras de emprego do nosso estado, grande parte deles para jovens que estão se iniciando na atividade profissional. É também a maior apoiadora de projetos culturais no interior de Minas.

Ela faz parte do grupo Algar, que atua nos segmentos da TI-Telecom, de agrosserviços e turismo, e é, meu caro deputado Dilzon Melo, um dos maiores grupos empresariais brasileiros, que emprega 25 mil pessoas, e este ano deve gerar uma receita líquida de R\$4.450.000.000,00.

Por tudo isso, o Parlamento mineiro homenageia hoje a Algar Telecom. E o fazemos em nome de dois Luízes, o Luiz Alberto Garcia - que infelizmente não pôde estar presente hoje - que, talhado pelo espírito diplomático do pai, sucedeu com propriedade o trabalho no comando do grupo; e esse jovem que aqui nos honra com a sua presença, Luiz Alexandre Garcia, que nos brinda com a reafirmação de que são os valores cultivados pela Algar que a farão chegar ainda mais longe e continuar sendo orgulho para sua cidade natal, a nossa querida Uberlândia. Para a sua, para a nossa cidade, Luiz Alexandre. Tenho certeza de que, por tudo que vocês têm feito de brilhantismo, essa empresa haverá de trazer sucesso sempre grande, através de tudo aquilo que é cultivado dentro dela.

Neste momento, aproveito também para cumprimentar toda a equipe de funcionários da Algar Telecom, e o faço na pessoa desse fantástico presidente, Divino Sebastião de Souza, que participou das primeiras implantações de telefonia móvel no interior de Minas Gerais e que, com toda a sua experiência, contribui e muito para o fortalecimento do grupo.

Portanto, meus amigos, assim como há 10 anos comemoramos aqui mesmo nesta Casa o cinquentenário da CTBC, não é só o passado de sucesso que queremos celebrar, mas também e principalmente sua visão de futuro e o compromisso de servir à nossa gente. Compromisso esse já estampado por Alexandrino que dizia: “Fui tomando gosto e trabalhando”. Não era bem a telefonia. Era servir à região. Essas palavras resumem muito bem o motivo desta homenagem que ora prestamos. Parabéns, Algar Telecom.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o deputado Ivair Nogueira, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao presidente executivo do Grupo Algar, Sr. Luiz Alexandre Garcia, e ao presidente da Algar Telecom, Sr. Divino Sebastião de Souza, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “Um dos pilares que possibilitaram os grandes avanços da humanidade nos últimos tempos, o sistema de telecomunicações tem passado por importantes transformações tecnológicas no mundo. Atenta a essa realidade, a Algar Telecom ocupa um lugar de destaque nesse ramo, no cenário nacional, oferecendo serviços de telefonia fixa e móvel, internet, comunicação e processamento de dados, TV por assinatura e videoconferência, entre outros. Ser uma empresa 100% brasileira, que prima pela qualidade do atendimento ao usuário e pela inovação constante, com foco na sustentabilidade: esse é o maior diferencial dessa prestigiosa organização. Ao completar 60 anos de história, a Algar Telecom recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por sua relevância para o desenvolvimento do Estado e do País.”

O presidente - Gostaria de convidar os deputados Luiz Humberto Carneiro e Dilzon Melo e a deputada Liza Prado a participarem dessa grande homenagem.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Luiz Alexandre Garcia

Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de justificar a ausência do nosso presidente Luiz Alberto Garcia, que está se recuperando de uma cirurgia no joelho. Ele colocou uma prótese no joelho do lado direito e, infelizmente, está impossibilitado de viajar por esses dias.

É uma grande honra estarmos aqui hoje. Não vou repetir nominalmente todas as autoridades presentes, mas não posso deixar de agradecer ao Exmo. Sr. 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ivair Nogueira, por presidir esta reunião solene, que tanto nos honra, ao homenagear uma empresa mineira; o meu querido amigo, deputado Luiz Humberto Carneiro, grande líder, não só aqui, em Belo Horizonte, mas também no nosso querido Triângulo Mineiro, na nossa querida Uberlândia, e autor do requerimento que deu origem a esta reunião. Muito obrigado, deputado Luiz Humberto Carneiro. Aceite os agradecimentos de todo o grupo e de toda a família Algar. Cumprimos o nosso querido Dr. Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg, representando aqui toda a indústria mineira; e representando as mulheres do nosso Estado e do nosso Brasil, a nossa querida deputada Liza Prado, muito obrigado pela presença.

Agradeço a presença da tia Eleuza Garcia Melgaço, a Eleuzinha, o Caio, representante de todos os nossos acionistas. Esta Câmara nos lembra muito o tio Waldir Melgaço - não é tia Eleuza? - que já foi membro e tanto nos honrou como membro desta Casa. Cumprimos também o Divino e, na pessoa dele, todos os executivos do Grupo Algar, todos os associados da Algar Telecom. Eu não poderia deixar de cumprimentar o nosso cônsul de Portugal em Belo Horizonte, Dr. André Sopas de Mello Bandeira.

Dr. André, nós estamos hoje homenageando uma família de imigrantes portugueses que veio para o Brasil no início do século passado. Mais ou menos na primeira década, 1910, 1911, o nosso bisavô José Alves Garcia cruzou o Atlântico e veio para Brasil em busca de emprego. O destino fez com que ele ficasse em Uberlândia. Depois de dois anos, ele voltou a Portugal, buscou o fundador do Grupo Algar, meu avô, Alexandrino Garcia, e iniciou, há 85 anos, essa empresa que hoje está em todo o Brasil. Não podemos falar da Algar Telecom sem antes mencionar o Grupo Algar. O Grupo Algar tem 85 anos de existência. Iniciamos os nossos trabalhos, com um horta cultivada pela nossa avó portuguesa, Sra. Josefina, que trouxe, de Portugal sementes de couve, porque ela queria trazer o sustento de sua família. Desde lá, começamos a trabalhar incansavelmente, formando o Grupo Algar, que atua em todo o território nacional, em quatro setores distintos: telecomunicações, TI, agronegócios, turismo. E outra divisão de serviços, que abrange empresa de segurança e empresa de aviação executiva. Este ano, é com muito orgulho que anunciamos a internacionalização do grupo com a nossa presença na Colômbia, na Argentina e no Chile.

Esses 25 mil associados que estão hoje no Brasil e na América Latina, há 60 anos, constituíram a Algar Telecom. E, como foi muito bem lembrado pelo nosso deputado Luiz Humberto, a Algar Telecom nasceu de um sonho de um empreendedor português de alma brasileira que queria fazer com que o interior se comunicasse com a capital do Brasil, que naquele momento era a cidade do Rio de Janeiro.

Não tínhamos naquela época o Sistema Telebras, que fez a Telemig, a Telesp e a Telerj. Tínhamos a CTB, que era a Companhia de Telefones do Brasil. O nosso fundador, comendador Alexandrino Garcia, procurou a presidência da CTB, que foi clara ao dizer que o Brasil não tinha como prioridade levar a comunicação para o interior. Naquele momento a prioridade era para fazermos telecomunicações somente nas capitais.

Então, um sonho de um homem fez a interligação de Uberlândia com Ribeirão Preto, e, com isso, conseguimos fazer com que a CTBC de então, que hoje é a Algar Telecom, pudesse se interligar com o Brasil e com a nossa capital, que era o Rio de Janeiro. Durante toda a nossa existência sempre soubemos trabalhar com recursos escassos, porque gerir recursos escassos é uma das habilidades necessárias e essenciais para a sobrevivência de uma empresa e para a sua perpetuação por mais de 60 anos. E 60 anos são pelo menos três gerações de executivos e de pessoas que passam pela empresa.

A inovação também foi algo sempre presente nos desafios das nossas empresas. A Algar Telecom, poucos sabem, foi quem originou no Brasil o sistema pré-pago na telefonia celular. Na época, fizemos um *bench marking* com a PT, a Portugal Telecom, que já tinha esse tipo de serviços, e o implementamos no Rio de Janeiro, na ATL, empresa que bateu o recorde de vendas de telefone celular no Brasil e talvez no mundo, quando vendemos 200 mil telefones num final de semana, de sábado para domingo. Implementamos lá, então, o sistema de telefonia pré-pago, que hoje representa 80% dos telefones no Brasil. A inovação também esteve presente na primeira interligação de duas centrais telefônicas utilizando fibra óptica e assim por diante.

Nossa empresa, senhoras e senhores, teve a oportunidade de conviver em todos os momentos das telecomunicações do Brasil. Nascemos antes da estatização e superamos o momento de estatização das telecomunicações no Brasil.

Tive a oportunidade de conversar com a TV Assembleia, que indagou como a CTBC conseguiu sobreviver a esse período. Digo que ela sobreviveu a esse período da mesma forma que ela sobrevive hoje, que é tratando bem seus clientes. Prover um sorriso no rosto e bons serviços para nossos clientes é a forma de garantir a perenidade dos nossos negócios. Hoje estamos competindo em um mercado globalizado. Tivemos de reinventar a nossa empresa. Isso não foi nada fácil. Imaginem que vivíamos num momento, do qual poucos se lembram, em que era necessário pagar adiantado e esperar pelo menos 12 meses para se instalar um telefone. Quando esse monopólio foi quebrado, e trabalhamos fortemente para incentivar a privatização das telecomunicações, tivemos de reinventar principalmente o nosso modo de pensar para que tivéssemos mais agilidade para transformar uma empresa, naquela época composta somente por engenheiros, em uma empresa que visasse, sobretudo, atender o seu mercado e os seus clientes da melhor forma possível.

Mas o que nos trouxe até aqui? São algumas coisas atemporais. Em primeiro lugar, a valorização dos nossos clientes e dos nossos associados. Nossos clientes nos trazem receita, e nossos associados, que são uma forma carinhosa de chamar os nossos funcionários, nos trazem produtividade. Além disso, o espírito empreendedor, porque temos de continuar empreendendo sempre, seja em situações adversas, seja em situações inovadoras. É isso que pregamos e esperamos dos 25 mil associados do Grupo Algar: a busca constante pela inovação e a crença no nosso país.



Gostaria de ressaltar que o Grupo Algar nunca enxergou crises ou dificuldades no Brasil. Já passamos por momentos os mais diversos possíveis, mas sempre acreditando neste país e investindo para o nosso desenvolvimento, com ética acima de tudo. Temos a certeza de que somente uma empresa ética poderá plantar e cultivar seus frutos para o futuro.

E quando olhamos para o futuro? Hoje somos uma empresa com presença em todo o território nacional. Temos mais de 1,2 milhão de telefones fixos, mais de 1 milhão de clientes celulares, mais de 500 mil acessos de banda larga de alta velocidade sendo entregues aos nossos clientes pela alta tecnologia de fibras ópticas e mais de 13.000km de fibras ópticas interligando várias cidades do Centro-Oeste e do Sudeste do Brasil. Estamos presentes em mais de 188 localidades. Sem dúvida alguma, duplicaremos nossa empresa nos próximos cinco anos. Essa duplicação significa atingirmos o dobro das cidades nas quais estamos presentes hoje. Isso exigirá um trabalho muito mais aperfeiçoado e arrojado de nossa equipe.

O que nos levará ao futuro são também atributos atemporais. Gostaria de destacar esses atributos. Um deles é a geração de valor para a sociedade na qual estamos inseridos, porque as telecomunicações têm um papel fundamental na promoção do desenvolvimento das regiões onde está presente. Costumo dizer que a comunicação democratizou o mundo. Foi por meio das comunicações que tivemos a queda do Muro de Berlim. O grande fenômeno que temos, a internet, está democratizando o conhecimento. Hoje alunos que estão na Amazônia ou em qualquer lugar do País, se tiverem acesso à internet, terão acesso ao conhecimento e à possibilidade de estudar.

Outros atributos: vanguarda tecnológica, qualidade e inovação estarão presentes; proximidade cada vez maior com os nossos clientes, porque somente com clientes satisfeitos poderemos desenvolver e fazer crescer a nossa empresa; parceria com os nossos fornecedores, porque o que fazemos é simplesmente interconectar a tecnologia que temos dos nossos fornecedores transformando-a em produtos e serviços; e, sem dúvida alguma, um bom relacionamento com a Anatel, nosso órgão regulador, e um bom relacionamento com os Poderes Executivo e Legislativo.

Deputado Luiz Humberto Carneiro, 10 anos passam muito rápido. Parece que foi outro dia que estávamos aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais comemorando os nossos 50 anos. Estamos aqui hoje celebrando os nossos 60. Se depender de toda a nossa equipe, aqui viremos para celebrar os nossos 100 anos, trabalhando para o desenvolvimento desta pátria maravilhosa, do nosso Brasil. Muito obrigado por esta homenagem e pela presença de todos.

Palavras do Sr. Divino Sebastião de Souza

Exmo. Sr. Presidente desta reunião, deputado Ivair Nogueira, vice-presidente desta Casa, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa, já nomeada. Gostaria de fazer uma referência especial ao nosso excelentíssimo deputado Luiz Humberto Carneiro, autor desta nossa homenagem.

O Luiz Alexandre já teceu todos os comentários sobre a Algar Telecom, mas como executivo desta empresa há 37 anos, ou seja, mais da metade da sua história, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade concedida pelo protocolo desta Casa para, em nome de todos os executivos e associados - é como chamamos os nossos trabalhadores e funcionários - e, por que não, em nome dos nossos clientes e parceiros, agradecer a esta Casa a homenagem prestada a nossa empresa. Uma Casa de leis que representa todo o povo de Minas Gerais, vários *clusters* de desenvolvimento do nosso Estado, que reconhece uma empresa genuinamente brasileira e mineira, que passou por tantos reveses na área de telecomunicações. Passamos por um momento da estatização das telecomunicações, quando foi criado o Sistema Telebras, e permanecemos privados. Não porque o governo assim o queria, mas porque nossos clientes e legisladores na época não quiseram que a empresa fosse estatizada, pelos bons serviços que prestávamos.

Esse DNA da Algar Telecom não é de agora, mas nasceu com o fundador, como o Luiz explicou. É isso o que nós, associados e executivos, trazemos. Portanto, muito obrigado, é uma honra muito grande estar nesta Assembleia recebendo esta homenagem. Digo isso porque sou prova viva do respeito que os acionistas desta empresa têm para com as pessoas. E quando digo "para com as pessoas", estou dizendo para com os executivos, para com os nossos associados, para com os nossos parceiros - está aqui o Fernando, do BDMG, grande parceiro que nos ajudou bastante -, nossos parceiros de instituições financeiras, que sabem do respeito que temos no tratamento e no relacionamento com todos. Isso é muito importante para dar esse vigor e transmitir o DNA de atendimento e relacionamento. Exigimos na hora de uma contratação que as pessoas que vêm trabalhar conosco, que o talento que vem trabalhar conosco goste de gente. Ele não precisa apenas de entender de telecomunicações, ele tem de gostar de gente, porque trabalhamos com tecnologia a serviço das pessoas. Se nossos colaboradores, se nossos associados, que estão prestando serviço de telecomunicações com a mais alta tecnologia, com fibras ópticas, com GPON, não se colocarem no lugar dos clientes na hora de prestar um serviço, não adianta nada termos alta tecnologia, não adianta sermos pioneiros em muitas áreas como somos. É preciso se colocar no lugar do cliente.

É por isso, deputado Luiz Humberto, que agradecemos mais ainda o reconhecimento desta Casa, porque nós, executivos e associados, nos sentimos bastante homenageados, bastante honrados, e tenho certeza de que também os nossos clientes se sentirão felizes, porque também sabem qual é a empresa com quem se relacionam. Neste momento, portanto, falo em nome de todos, especialmente daqueles que agora estão em algum lugar da Algar Telecom trabalhando para que nossos serviços sejam os melhores. Agradeço imensamente, mais uma vez, a esta Casa, não deixando de mencionar os deputados da nossa região, que com certeza nos conhecem muito mais de perto, Elismar Prado e Liza Prado. Agradeço muito a esta Casa, e quero realmente dizer que estamos com toda energia e disponibilidade para viver os próximos 60 anos. Pedindo aparte neste protocolo, quero aproveitar para agradecer aos nossos acionistas a confiança que depositam em nós, executivos, e em nós, associados. Agradeço ao Luiz Alexandre e aos acionistas presentes. Muito obrigado a todos.

Palavras do Presidente

Meu caro amigo, Divino Sebastião de Souza, presidente da Algar Telecom; meu caro amigo Luiz Alexandre Garcia, presidente executivo do Grupo Algar; meu caro amigo Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal de Desenvolvimento de Belo Horizonte, representando o prefeito municipal Márcio Lacerda; meu caro amigo André Sopas de Mello Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; meu caro amigo, grande e competente executivo Olavo Machado Júnior, presidente da Fiemg, um dos responsáveis pelo



grande desenvolvimento de Minas, nessa parceria, nesse trabalho de inteligência. Mesmo numa época de grandes dificuldades, com muita competência você tem conduzido a Fiemg de forma a orgulhar os mineiros, especialmente os empresários. Caro amigo e irmão Dilzon Melo, 1º-secretário desta Casa; amiga e deputada Liza Prado, deputado Wander Borges. Na pessoa da deputada estadual Liza Prado e da Sara, esposa do nosso amigo Luiz Humberto Carneiro, cumprimento as mulheres que muito nos honram com a presença nesta grande noite de homenagem.

Cumprimento esse amigo, o deputado Luiz Humberto Carneiro, essa pessoa simples. Ele chegou a esta Casa com muita sabedoria, inteligência e, comendo pelas beiradas, hoje é o grande líder da Assembleia, o grande líder do governo do Estado. Apesar de ele não nos atender em todas as solicitações, ninguém consegue ficar com raiva do Luiz Humberto, pois ele tem uma maneira especial de nos tratar desde o dia em que chegou. Por isso, o Triângulo Mineiro se sente orgulhoso de ter uma bancada tão fortalecida, com a presença da Liza Prado, do Elismar Prado, do Luiz Humberto Carneiro e demais deputados que representam a região. Luiz, temos realmente uma grande admiração por você, pois veio do Triângulo e proporcionou um grande ensinamento para todos na Assembleia Legislativa.

Conversava com meu amigo, presidente desta Casa, jovem e talentoso político, deputado Dinis Pinheiro, que é um irmão do deputado Luiz Humberto Carneiro. Ele ficou muito triste por não poder presidir esta reunião, mas pediu que eu fosse portador de um abraço especial a uma empresa tão importante no contexto mineiro.

Antes do discurso, lembro que homenagear é importante. O Luiz buscou uma empresa de tamanho significado para o contexto de Minas Gerais e do Brasil, um exemplo que muitos não conhecem, não sabem da tradição, da competência, do que a empresa representa. Uma homenagem como esta é o momento oportuno de mostrar para Minas Gerais, para o Brasil o orgulho que temos de homenageá-los e tê-los aqui nesta noite.

Homenagear é importante, mas ser homenageado também é. Ontem à noite, a Assembleia Legislativa, na pessoa do nosso líder, o deputado Dinis Pinheiro, nosso presidente, também foi homenageada na Câmara Municipal de Belo Horizonte numa sessão superlotada, com a presença de 44 deputados, com quórum absoluto. O deputado Dinis Pinheiro ficou muito emocionado porque recebeu uma homenagem como personalidade política por tudo que vem desenvolvendo nesta Casa, não só pelas iniciativas, dando liberdade aos deputados para fazer um trabalho de interiorização, buscando o melhor para Minas Gerais. De certa forma, ele foi o responsável por alguns projetos de fundamental importância que estão mudando dentro do contexto a nossa economia. Dentro da Lei Robin Hood, tirou um pouco dos municípios ricos e deu aos municípios mais pobres, possibilitando a liberação de recursos importantes. Às vezes R\$50.000,00 para Uberlândia não significa nada, mas R\$50.000,00 por mês para um município pequeno, no final de quatro anos representa muito. Ele também foi o autor do projeto Assine + Saúde, que hoje está sendo muito discutido, e de vários outros projetos, como o projeto do Barroco. Hoje o deputado Dinis Pinheiro é um dos políticos com maior reconhecimento no Estado de Minas Gerais. Hoje, quando viajamos pelo interior, com ou sem a presença dele, vemos que esta Casa está desempenhando um papel que é reconhecido pelo povo mineiro, porque, à sua frente, temos um jovem com larga experiência, o nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro. Ele me pediu que agradecesse publicamente a homenagem que a Assembleia recebeu ontem na Câmara. A homenagem foi para o deputado Dinis Pinheiro, mas nós, da Assembleia, também nos sentimos homenageados. Agradecemos à câmara de Belo Horizonte essa grande iniciativa.

É com grande satisfação que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta esta homenagem à Algar Telecom, por ocasião dos 60 anos de sua fundação. Nascida na cidade de Uberlândia, a empresa tem hoje projeção nacional, prestando serviços relevantes a 1 milhão de clientes dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Distrito Federal.

O sucesso desse empreendimento genuinamente brasileiro certamente se deve à preservação dos valores presentes no momento de sua fundação. Nascida sob a égide da inovação e da sustentabilidade, vem pautando suas ações por esses ideais até os nossos dias. Suas origens remontam a 1954, quando a Telefônica Teixeira foi transformada na Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC. Mais tarde, a CTBC foi rebatizada Algar, com a junção das sílabas do nome de seu fundador, Alexandrino Garcia. Seu objetivo era ligar a região do Brasil central a todo o País, apostando no potencial de uma região até então desconhecida pela maioria dos nossos empresários. Sua trajetória, desde o início, foi marcada pela incorporação de tecnologia de ponta em seus produtos e serviços, dotados simultaneamente de qualidade e inovação constantes. Fazendo jus ao pioneirismo desse hábil empresário, nos anos que se seguiram, pautou sua expansão na valorização do ser humano, na integridade e na transparência. O herdeiro de Alexandrino Garcia, o engenheiro Luiz Alberto Garcia, dono de igual dinamismo e competência, vem promovendo a geração de empregos dentro de um comprometimento com a responsabilidade social. Marca sua ação à frente do grupo a valorização dos talentos de seus colaboradores, o respeito aos investidores, o zelo por sua reputação empresarial e uma inabalável crença no futuro.

A Algar foi a primeira a implantar a telefonia celular no interior do Brasil, ainda em 1993. Dois anos mais tarde, em outro passo ousado, incorporou a TV por assinatura em seu portfólio, passando a oferecer os serviços aos seus clientes de Uberlândia e de Araguari. Na década de 1990 também realizou grandes investimentos em infraestrutura, especialmente em redes de fibra óptica e multimídia. A virada do milênio testemunhou a expansão de seus serviços, cada vez mais variados, a todo o território nacional, sendo uma das primeiras empresas do País a prestar os serviços de celular pré-pago, de telemedicina e de tecnologia de reconhecimento de fala. Atualmente, a Algar, além da telefonia fixa e celular, oferece serviços de internet, comunicação de dados, TV por assinatura, *data center*, *cloud computing*, videoconferência, gerenciamento de redes e segurança.

Todo o grupo reflete a pujança e a força do interior, onde se constrói o Brasil com que todos sonhamos, gerando empregos e riqueza. Foi essa crença em nosso país, aliada ao compromisso com a qualidade, que lhe rendeu mais de seis dezenas de prêmios, entre eles o do Guia Exame de Sustentabilidade 2013, o de Empresa Mais Sustentável do Setor de Telecomunicações e o Best Inovador 2013.

É então que, com muita justiça, prestamos homenagem a esta notável empresa que, ao procurar incessantemente a satisfação de seus clientes, promove o desenvolvimento econômico e social. Que o desempenho da Algar Telecom, símbolo da força do empresariado



mineiro, sirva de exemplo a outros empreendedores e siga contribuindo para o crescimento de Minas e do Brasil. Parabéns, deputado Luiz Humberto Carneiro. Parabéns, todos os presentes. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2014

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão, o Projeto de Lei nº 4.703/2013 no 1º turno é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atendendo-se a requerimento do relator deputado Romel Anízio, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.004/2014 (relator: deputado Inácio Franco), que recebeu parecer por sua aprovação. Retiram-se do recinto os deputados Fabiano Tolentino e Paulo Guedes. O presidente suspende a reunião. Às 15 horas e 15 minutos são reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Wilson Batista (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da Liderança do BTR) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do MSC). Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.008/2014 (relator: deputado Romel Anízio) com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.688/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implantação do novo Plano de Cargos e Salários e a abertura de concurso público na Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig;

- nº 9.689/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações acerca da relação das terras devolutas do Alto Rio Pardo, nas proximidades dos Municípios de Taiobeiras, São João do Paraíso e Indaiabira;

- nº 9.690/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao Ministério de Meio Ambiente pedido de providências para regulamentar e operacionalizar, com urgência, o Cadastro Ambiental Rural - CAR;

- nº 9.691/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Emater - MG pedido de informação sobre como a empresa pretende participar da assistência técnica aos agricultores familiares na sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR;

- nº 9.692/2014, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Romel Anízio, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para agilizar a realização de concurso público para a Emater-MG, dos cargos de extensionista agropecuário e de bem-estar social, administrativos e serventes, em número adequado à demanda de serviço da instituição;

- nº 9.693/2014, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Romel Anízio, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para agilizar a análise e a aprovação do Plano de Cargos, Salários e Carreiras da Emater - MG;

- nº 9.694/2014, dos deputados Paulo Guedes e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Emater-MG pedido de informações sobre a razão da ausência de representante da direção dessa empresa na audiência pública de 19/3/2014, que teve por finalidade dar continuidade aos debates referentes às questões do plano de carreira, inclusive a perspectiva de sua aprovação, e da realização de concurso público;

- nº 9.695/2014, do deputado Mário Henrique Caixa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, assuntos correlatos à cafeicultura mineira, em especial o Projeto de Lei nº 4.703/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fazer constar nos rótulos das embalagens de café comercializado no Estado informação sobre a espécie vegetal de que se compõe o produto;

- nº 9.696/2014, dos deputados Paulo Guedes e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações, consubstanciadas em relatório, a ser enviado pelo grupo de análise técnica do Plano de Cargos, Salário e Carreira da Emater-MG acerca do andamento dos trabalhos;

- nº 9.697/2014, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Luiz Henrique e da deputada Liza Prado, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a importação de frutas do Equador, em especial a banana;

- nº 9.698/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para dar tratamento equivalente ao do produtor artesanal ao produtor de queijo minas artesanal comercializado por meio de entrepostos de maturação, também chamados de "centros de qualidade do queijo" (estabelecimentos geridos por produtores com a finalidade de adequação sanitária do produto sem que haja qualquer beneficiamento ou processo industrial);



- nº 9.699/2014, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial à ExpoZebu-2014, no Município de Uberaba, no dia 3 de maio do corrente ano, para participar da sua abertura oficial. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Inácio Franco - Antonio Lerin.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/5/2014

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a promover a entrega dos votos de congratulações aos policiais civis da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora, pela participação em operação que culminou na maior apreensão de drogas em Juiz de Fora, nos termos do Requerimento nº 6.980/2014, e pela participação em operação que culminou na prisão de traficante e na apreensão de drogas, nos termos do Requerimento nº 7.644/2014. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (23/4/2014 e 1º/5/2014); e dos Srs. Cylton Brandão da Matta, ex-chefe da Polícia Civil de Minas Gerais (23/4/2014); Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social (1º/5/2014); e Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil (1º/5/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sheila Aparecida Pedrosa de Mello Oliveira, delegada regional da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Patrícia Ribeiro de Souza Oliveira, delegada titular da Delegacia Especializada de Repressão a Roubos e Drogas da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; e dos Srs. José Walter da Mota Matos, chefe do 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora; Marco Aurélio Braz Esteves, inspetor regional da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Leonardo Soares Siqueira, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Marcelo Mattola de Resende, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Alexandre Soares, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Marco Aurélio Santiago, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Paulo Rogério da Silva, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Guilherme Augusto do Valle, investigador de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora; Rafael Ramos dos Santos, escrivão de polícia da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.733/2013 (relator: deputado Lafayette de Andrada), que recebeu parecer por sua aprovação, votando “sim” os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio e não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é rejeitado o Requerimento nº 7.726/2014, e são aprovados os Requerimentos nºs 7.741 a 7.744/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos, todos do deputado Sargento Rodrigues:

- nº 9.832/2014, em que solicita seja encaminhado ao Comando do 22º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que os trechos dos depoimentos das Sras. Silvana Goulart Carvalho e Patrícia Goulart Cardoso feitos durante a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 29/4/2014, sejam publicados na página da internet e no boletim interno do batalhão e sejam lidos no início de cada turno de trabalho;

- nº 9.833/2014, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que os trechos dos depoimentos das Sras. Silvana Goulart Carvalho e Patrícia Goulart Cardoso feitos durante a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 29/4/2014, sejam publicados na página da PMMG na internet como forma de agradecimento e enaltecimento do trabalho diuturno realizado pela corporação;

- nº 9.834/2014, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o cumprimento de penas com a utilização de tornozeleiras, bem como sua eficácia, formas de aperfeiçoamento e atuais falhas, considerando as últimas ocorrências de fugas em Belo Horizonte e região metropolitana, seja por ruptura dos aparelhos, seja por demora na comunicação à Polícia Militar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

João Leite, presidente - Luzia Ferreira - Sebastião Costa.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/5/2014

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Almir Paraca e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em



virtude da aprovação de requerimento do deputado Almir Paraca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.001/2014 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Almir Paraca), que recebeu parecer por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, votando “sim” a deputada Luzia Ferreira e os deputados Almir Paraca e Dalmo Ribeiro Silva e não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.747 e 7.748/2014. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.735/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Anselmo José Domingos - Duarte Bechir.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/5/2014

Às 19h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a debater a mobilidade urbana no Bairro Santa Efigênia em razão das alterações no trânsito da avenida Mem de Sá e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Alves Máximo, presidenta de honra da Associação Comunitária e Cultural Santa Efigênia e Adjacência; Leda Maria Ávila Silva, vice-diretora da Escola Municipal Santos Dumont, representando a Sra. Hellen Cláudia Mendes Brandão, diretora da referida escola; e os Srs. José Henrique de Oliveira Neto, gerente de Licenciamento Urbanístico, representando o Sr. Elson Matos Costa, secretário municipal de Administração Regional Municipal Leste; Humberto Tomicioli, analista técnico de trânsito da Regional Leste, da Gerência de Ação Regional Nordeste/Leste, representando o Sr. Ramon Victor Cesar, presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - Bhtrans; José Januário da Silva Souza, gerente de Atividades Especiais de Trânsito, representando o Sr. Cleunício Alves Ferreira, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte; Carlos Antônio Outeiro, presidente da Associação Comunitária e Cultural Santa Efigênia e Adjacência; Valdir Luiz Cardoso, taxista; Generino Alves Pereira, presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep; Jaderson Lourenço, presidente do Conselho Municipal Urbano - Comurb - , Regional Leste; José Raimundo da Silva, presidente da Associação Comunitária Edgard Werneck, do Bairro Horto; Marcelo Costa Sena, assessor parlamentar do vereador Bruno Miranda, de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Paulo Lamac, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2014.

Paulo Lamac, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/5/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa (recondução) para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2010. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.112/2011, do deputado Cássio Soares, que institui o " Dia do DeMolay ". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 962/2011, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.426/2013, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.568/2013, do deputado Duílio de Castro.

Audiência pública para debater a criação de um museu, dedicado às artes plásticas e visuais, que abrigue, de forma permanente, a coleção de quadros do Estado, crie novas coleções e realize cursos, oficinas e palestras.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagens nºs 654 e 655/2014, do governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 5.075 e 5.076/2014 e 2.905/2012, do governador do Estado; 3.851/2013, do deputado Zé Maia; 3.996/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.179/2013, do governador do Estado; 4.220/2013, do deputado Zé Maia; 4.475/2013, do deputado Dilzon Melo; 4.738/2013, do governador do Estado; 4.964/2014, do deputado Gustavo Valadares, e 4.995 e 5.077/2014, do governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.687/2013, do governador do Estado; 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares; e 4.899/2014, do deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.834/2014, do deputado Hélio Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate, em audiência pública, sobre as políticas públicas relativas à agricultura familiar.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 14/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.680/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.616/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.724/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 14 de maio de 2014, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das



Indicações nºs 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado; 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do IEF; 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado de Minas Gerais; 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Utramig; 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Deop-MG; 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV MINAS; 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado; 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2009; 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2010; e 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2011; e dos Projetos de Lei nºs 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001; 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais; 962/2011, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 13.766, de 30 de novembro de 2000; 2.112/2011, do deputado Cássio Soares, que institui o Dia do DeMolay; 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica; 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona; 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica; 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba; 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010; 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera o art. 2º da Lei nº 6.074, de 17 de abril de 1973; 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica; 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica; 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica; 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências; 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985; 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica; 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais; 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica; 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013; 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências; 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Minas Gerais o imóvel que especifica; 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do nome de José Donald Bittencourt Junior para o cargo de Presidente da Jucemg

Nos termos regimentais, convoco os deputados Adalclever Lopes, Agostinho Patrus Filho, Bosco e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 14 horas, no Espaço Democrático José Oliveira de Oliveira,



com a finalidade de debater a situação dos profissionais dos setores público e privado de enfermagem do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Samir Carvalho Moysés para o Cargo de Diretor-Geral do Idene

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Bonifácio Mourão, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Francisco Antônio Tavares Junior para Presidente da Funed

Nos termos regimentais, convoco os deputados Luiz Henrique, Pompílio Canavez, Anselmo José Domingos e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 97/2014, do governador do Estado, e de proceder à arguição pública do indicado.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.000/2014

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Luiz Henrique, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo instituir o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado no dia 27 de fevereiro.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/3/2014, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 5.000/2014 de instituir o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de fevereiro.

A proposição prevê, em seu art. 2º, que as comemorações ocorrerão com a realização de eventos, palestras, seminários, exposições e atividades relacionadas à cultura e às tradições da Sukyo Mahikari; e, no art. 3º, assegura o apoio das autoridades constituídas aos organizadores da programação.

Em sua justificação, o autor do projeto esclarece que a arte *mahikari* é uma prática de origem japonesa que visa contribuir para o aprimoramento do ser humano por meio da evidenciação dos valores espirituais, sociais, do meio ambiente e culturais, que gravitam em torno de suas atividades.

Na análise jurídica, é importante destacar que a Constituição da República, em seu art. 22, relaciona as matérias de interesse nacional, sobre as quais cabe à União legislar privativamente; no art. 30, prevê a competência dos municípios para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual para atender às suas peculiaridades. Ao estado membro, o § 1º do art. 25 reserva a competência sobre temas que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

Tendo em vista esses dispositivos, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de quaisquer dos estados componentes do sistema federativo.

Ademais, o art. 66 da Carta Mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção àquela ora examinada. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a deflagração do processo legislativo.

Contudo, é preciso considerar que não cabe ao Legislativo, por meio de norma legal, autorizar o Poder Executivo a realizar atividades relacionadas com a data que se pretende instituir, nem criar obrigação para suas autoridades. A organização e o funcionamento da administração pública cabem, privativamente, ao governador, por força do inciso XIV do art. 90 da Constituição Mineira, e o desrespeito à divisão constitucional das funções estatais afronta a separação de poderes prevista no art. 2º da Constituição da República.

À vista dessas considerações, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que tem como finalidade corrigir as impropriedades apontadas.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.000/2014 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui o Dia da Sukyo Mahikari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado, anualmente, no dia 27 de fevereiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente e relator - André Quintão - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - Luiz Henrique.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.155/2014**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Olympia Formiga de Inclusão Esportiva e Formação do Atleta, com sede no Município de Formiga.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 24/4/2014 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.155/2014 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Olympia Formiga de Inclusão Esportiva e Formação do Atleta, com sede no Município de Formiga.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

O estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 19, parágrafo único, e 58, § 1º, que as atividades de seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título; e, no art. 49, parágrafo único, que, no caso de dissolução da entidade, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera, legalmente constituída e declarada de utilidade pública estadual.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.155/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Luiz Henrique - Duílio de Castro.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.160/2014**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe institui o dia 22 de setembro como o Dia sem Carros.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 25/4/2014, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria em seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.160/2014 visa instituir o dia 22 de setembro como Dia sem Carros, com os objetivos de conscientizar a população sobre os problemas da mobilidade urbana e suas possíveis soluções; valorizar atitudes compatíveis com o desenvolvimento sustentável, com a proteção da qualidade do ar e com a prevenção do efeito estufa; fomentar atividades educativas e culturais relacionadas à mobilidade urbana; incentivar a utilização de transporte público, coletivo e alternativo ao automóvel e estimular novas medidas de gestão do tráfego urbano.

Em seu art. 3º, a proposição estabelece que podem ser realizadas parcerias com governos municipais, empresas, associações, ONGs, escolas e entidades afins, com o propósito de atender ao disposto nessa lei; no art. 4º, determina que o Dia sem Carros não importará penalidade aos condutores que não aderirem à campanha; e o art. 5º prevê que as despesas decorrentes da execução dessa lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Em sua justificação, o autor do projeto enfatiza sua intenção de provocar a discussão sobre os problemas e as soluções de transporte nos grandes centros urbanos e sobre a dependência excessiva dos veículos automotores.

Na análise jurídica, é importante destacar que a Constituição da República, em seu art. 22, relaciona as matérias de interesse nacional, sobre as quais cabe à União legislar privativamente; no art. 30, prevê a competência dos municípios para tratar de assuntos



de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual para atender à suas peculiaridades. Ao estado membro, o § 1º do art. 25 reserva a competência sobre temas que não se enquadram no campo privativo da União ou do município.

Tendo em vista esses dispositivos, a instituição de data comemorativa pode ser objeto de disciplina jurídica por parte de quaisquer dos estados componentes do sistema federativo.

Ademais, o art. 66 da Carta Mineira, ao enumerar as matérias de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia ou dos titulares dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, não faz menção àquela ora examinada. Infere-se, portanto, que a qualquer membro deste Parlamento é facultada a deflagração do processo legislativo.

Contudo, a proposição em análise possui duas impropriedades que devem ser sanadas.

Primeiro, é dispensável a autorização dada ao Poder Executivo, no art. 3º do projeto, para realizar parcerias com governos municipais, empresas, associações, ONGs, escolas e entidades afins, visando à comemoração da data que se pretende instituir, uma vez que a celebração de convênio com entidade pública ou privada é atribuição reservada, privativamente, ao governador por força do inciso XVI do art. 90 da Constituição Mineira.

O segundo ponto diz respeito à previsão, no art. 5º, de que as despesas decorrentes da execução dessa lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Esse comando também é desnecessário, porque todas as despesas do Estado devem estar, obrigatoriamente, previstas na lei orçamentária e, sempre que necessário, são suplementadas.

À vista dessas considerações, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, que tem como finalidade corrigir as imprecisões técnicas apontadas e adequar a matéria à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.160/2014 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui o Dia sem Carros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia sem Carros, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de setembro.

Art. 2º - O Dia sem Carros tem como objetivo:

I - conscientizar a população sobre os problemas da mobilidade urbana e suas possíveis soluções;

II - valorizar atitudes compatíveis com o desenvolvimento sustentável, com a proteção da qualidade do ar e com a prevenção do efeito estufa;

III - fomentar atividades educativas e culturais relacionadas à mobilidade urbana;

IV - incentivar a utilização de transporte público, coletivo e alternativo ao automóvel;

V - estimular novas medidas de gestão do tráfego urbano.

Art. 3º - O Dia sem Carros não importará penalidade aos condutores que não aderirem à campanha.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2014.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão, relator - Duílio de Castro - Luiz Henrique - Dalmo Ribeiro Silva.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O presidente deu ciência ao Plenário, na 36ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura, em 13/5/2014, das comunicações das seguintes comissões: de Defesa do Consumidor - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 7/5/2014, dos Requerimentos nºs 7.593/2014, da deputada Liza Prado, 7.624/2014, do deputado Carlos Henrique, 7.705/2014, da Comissão de Participação Popular, e 7.568, 7.745 e 7.746/2014, do deputado Elismar Prado; de Cultura - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 7/5/2014, dos Requerimentos nºs 7.426/2014, do deputado Bosco, 7.507/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, 7.569/2014, do deputado Tenente Lúcio, e 7.612/2014, da deputada Liza Prado; de Segurança Pública - aprovação, na 10ª Reunião Extraordinária, em 7/5/2014, dos Requerimentos nºs 7.758 e 7.759/2014, do deputado Sargento Rodrigues, e 7.762 a 7.785/2014, do deputado Cabo Júlio; de Educação - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 7/5/2014, dos Projetos de Lei nºs 4.700/2013, do deputado Dinis Pinheiro, e 4.829/2014, do governador do Estado, e do Requerimento nº 7.634/2014, da deputada Liza Prado; e de Turismo - aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 12/5/2014, do Requerimento nº 7.786/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 7/5/2014**

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero começar minha fala lamentando a morte, ocorrida hoje, de uma colega policial, Sgt. Mercina. O corpo dela foi encontrado em Ibirité nesta manhã. Ela vinha fazendo tratamento psiquiátrico e, lamentavelmente, tudo indica que tenha atentado contra a própria vida. Começamos nossa fala com muita angústia e com muita tristeza pela morte da colega.

Parece que esta é a semana das notícias tristes. Um sargento em Pará de Minas, também esta semana, estava num barco com um sobrinho, e o sobrinho caiu no rio. Ele pulou para socorrê-lo, conseguiu salvá-lo, mas veio a falecer. A Polícia Militar está de luto pela morte desses dois colegas. O sargento foi enterrado hoje às 11 horas, na região de Pará de Minas, o que, como já foi dito, muito nos entristece.

Eu queria fazer comentar com os colegas um problema que deve ser crônico para todos os deputados nas suas bases: o pedido de aumento do efetivo da Polícia Militar. Acredito que todos os deputados devem receber das suas bases, de seus prefeitos a mesma solicitação: aumentar o efetivo da Polícia Militar. É muito comum recebermos pedidos assim: "Querida que minha companhia fosse transformada em batalhão; queria que meu pelotão fosse transformado em companhia; queria que meu destacamento virasse pelotão". Recebemos isso o tempo todo das nossas bases.

Querida apresentar um dado para ilustrar o que vem acontecendo. De 2001 a 2013, ingressaram na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros aproximadamente 19 mil militares. No mesmo período, saíram, aposentaram-se 22 mil policiais. Temos regiões, cidades, deputado Ivair, que hoje têm policiais em número menor do que tinham 10 anos atrás. Em Betim é assim. A cidade cresceu em população nos últimos 10 anos, e o efetivo policial diminuiu. Isso foi em razão de quê? Em razão dos governos dos anos 1980. Nessa época não entrou quase ninguém, entrou muito pouca gente. Isso está repercutindo agora nas aposentadorias. Digo muito isto na comissão: entraram 19 mil novos policiais, mas saíram 22 mil antigos policiais. O deputado João Leite já me ouviu falando isso. Do que precisamos hoje? De, no mínimo, 10 mil novos militares. Atualmente temos 2.800 policiais em formação, deputado João Leite, mas essa formação demora de 6 a 10 meses. Como temos a herança dos anos 1980, mesmo ingressando 2.800 policiais - e isso custa caro -, a mesma quantidade deverá sair.

Estamos vivendo uma situação do Corpo de Bombeiros, e V.Exas. também devem receber essa demanda em suas bases: ele só está presente em 63 cidades de Minas Gerais. Em 790 cidades do Estado não há Corpo de Bombeiros. Se ocorrer um incêndio, eles só chegarão lá para guardar as cinzas. O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que é menor que Belo Horizonte, tem o dobro do efetivo do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Deputado Rogério Correia, o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, que só tem 92 municípios, é maior que o do nosso Estado.

Vivemos esses problemas, por isso fazemos alguns apelos ao governo a fim de que aumente esse efetivo. Estamos vivendo um aumento da criminalidade, e isso é real. Fico vendo alguns especialistas fazerem o seguinte discurso: "Na minha região, a criminalidade diminuiu 50%, 60%". Eu desafio o cidadão que nos ouve pela TV Assembleia ou um deputado: venha aqui dizer que o índice de criminalidade de sua cidade diminuiu. Por acaso estamos vivendo na Lua? Não está diminuindo. Está, deputado Carlos Pimenta? Ele aumenta todo o tempo, pois temos uma legislação frágil, e a polícia possui efetivo pequeno.

Fui a São Sebastião do Maranhão, e lá, deputado Carlos Pimenta, há 10.600 habitantes e apenas dois policiais, ou seja, um policial para cada 5.300 habitantes. Essa é a nossa realidade. Se temos dois policiais, um não pode tirar férias, e eles precisam trabalhar 24 horas por dia. Vamos combater a criminalidade assim? Não vamos, não.

Aqui, ouço falarem tanto em fronteira, nisto e naquilo, na entrada das armas, e isso acontece, mas ninguém expõe uma realidade que existe: a Polícia Militar do interior só sobrevive porque os prefeitos estão pagando a conta, ou seja, se o prefeito, que já não tem dinheiro nem para as despesas do município, não pagar a conta, deputado Rogério Correia, da gasolina, da viatura, do conserto, da luz do destacamento, do papel xerox, do clipe, enfim, de tudo, a Polícia Militar não funciona.

Então, dizemos que a culpa é da presidenta Dilma - e, em parte, é mesmo, já que nossa fronteira é um queijo suíço -, mas, em nosso estado, quem está financiando a segurança pública, por meio do maldito convênio - e repito a palavra "maldito" -, é a prefeitura. Por que digo "maldito"? Porque, às vezes, o mau prefeito pensa que o convênio não é feito entre a instituição Polícia Militar e a instituição prefeitura municipal, mas sim entre a pessoa dele e a pessoa do sargento ou do tenente. E aí funciona da seguinte forma: quando a Polícia Militar prende um cidadão, o prefeito ou o vereador liga para o tenente, diz que prenderam um amigo seu inabilitado ou com drogas e manda soltá-lo. A polícia alega que não pode fazer isso porque o cidadão foi preso em flagrante. Aí ele diz que, se não soltar, parará de pagar a gasolina da viatura. Assim, pronto, entramos em um caos. Então, temos de começar a colocar a responsabilidade em todos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Cabo Júlio, quero parabenizar V. Exa. pelo enfoque que dá à temática da segurança pública. De uns tempos para cá, alguns setores da Assembleia Legislativa deixaram de fazer análise crítica da situação da segurança no Estado e passaram a ter um discurso mais ou menos assim: não há problema de segurança pública em Minas, os que existem são apenas os nacionais. Aqui em Minas nenhum tipo de problema existe. O problema é nacional, da presidenta Dilma.

Isso acontece como se o governo do Estado não tivesse também suas responsabilidades no universo da segurança pública, e V. Exa. sabe que segurança pública é responsabilidade do Estado, o que não tira a responsabilidade também do governo federal em vários outros setores - e ele deve até já estar socorrendo, ampliando os investimentos, olhando as fronteiras. Mas dizer que os problemas de segurança de Minas, que são piores que os dos outros estados, se devem apenas à questão da fronteira é, no mínimo, não querer



enxergar a realidade ou, então, tentar escondê-la. Isso é o que tem acontecido em nosso estado. Agem como se não existisse governo em Minas Gerais. E acredito que acabe não existindo.

Quando V. Exa. cita esse problema que existe na segurança pública em Minas, menciono outro setor, o da educação. Também parece que não há governo relativamente à educação em Minas, à agricultura familiar e à saúde. Então, chego à conclusão de que Minas Gerais não tem governo para resolver problema. É como se o governo aqui dissesse assim: “Não tenho culpa de nada, não posso fazer nada, quem tem de fazer é o governo federal”. Então, para que existe governo do Estado? É a pergunta que fica.

O deputado Cabo Júlio* - Deputado Rogério Correia, então vou fazer um desafio aqui. Já que temos tantas versões divergentes sobre segurança, faço um desafio ao colega, que venha a este Plenário me responder o seguinte: é verdade ou não que quem está bancando a Polícia Militar - gasolina, papel, funcionário - no interior são as prefeituras? Isso é o primeiro fato. Segundo desafio que faço aqui: é verdade ou não que o Corpo de Bombeiros só está em 63 cidades? Terceiro desafio que faço: é verdade ou não que, no último concurso para delegado - deputado Rogério Correia, é um dado que V. Exa. precisa escutar -, foram nomeados 420 novos delegados? Isso aconteceu só há 11 meses, e, durante esse tempo, 82 deles já pediram exoneração. É fato.

Faço um desafio aos colegas: por que esses delegados pediram exoneração? Foi por causa do salário? Não. Que o salário dos delegados de Minas é um dos piores do Brasil é fato. Eles ganham menos que no Piauí e no Maranhão. É outro desafio. Mas sabem por que acontece isso? Porque o novo delegado chegou lá em sua cidade e encontrou o seguinte quadro: uma delegacia do tamanho de um cubículo; mil inquéritos para serem investigados e relatados; um escrivão, que é um funcionário da prefeitura *ad hoc*; e um investigador. Além disso, todo dia ele recebe 30 novos inquéritos da Polícia Militar, que produz muito. Aí o delegado diz: “Espere aí. Eu aqui, sozinho, para mil inquéritos, um escrivão *ad hoc* e dois investigadores? Não, vou ficar louco aqui. Vou pedir exoneração, continuar estudando e depois vou para a Defensoria Pública ou para o Ministério Público”. Isso é fato.

São desafios que estou fazendo para que as pessoas venham aqui me dizer se é verdade ou não. Mas não venham aqui me dizer: mas o problema é da Polícia Federal. Não. A Polícia federal está em greve. O que estou questionando é se esses dados que estou expondo são verdadeiros ou não e se eles resultam no aumento da violência ou não. Porque, muitas vezes, o sujeito comete um crime, que não é apurado; então, ele comete o segundo e o terceiro...

Vou mostrar outro dado a V. Exa., um dado nacional: em cada 100 inquéritos que a polícia judiciária apura, ela só encontra autoria em um, ou seja, em 99 crimes não se encontra a autoria, sabe por quê? Porque você não tem delegado, não tem investigador.

Ainda temos em Minas cidades em que quem toma conta dos presos é a Polícia Militar ou a Polícia Civil. O agente penitenciário não chegou lá ainda. Então, temos de dizer que a culpa é de todos, a responsabilidade é de todos, inclusive o governo do Estado, porque ele também tem de fazer sua parte.

Viajo quase toda a semana e às vezes deparo com o seguinte quadro: chega uma viatura usada que rodou um milhão de quilômetros. Aí, o sargento ou o tenente recebem a seguinte incumbência: “Procure um parceiro, procure o prefeito”. Então, o prefeito tem de reformar a viatura, isso às vezes custa mais caro do que comprar uma nova. Além disso, ele tem de sustentá-la.

Portanto, é muito fácil virmos aqui descobrir o culpado e dizer “isso não é problema meu, é problema dos outros”, como aquela história de duas pessoas em um barco que fura de um lado. O cara está tirando a água, e o outro diz: “Isso não é problema meu, pois o furo é do seu lado”. Isso é fato. A Polícia Militar do interior está vivendo hoje a expensas das prefeituras - o que seria muito bom, se a prefeitura tivesse dinheiro. No entanto, a reclamação dos prefeitos é que não têm dinheiro nem para o que é obrigação, quanto mais para o que não é.

Então, fica aqui o nosso apelo para que o governo do Estado libere recurso também para o custeio, para que a gasolina chegue à ponta, lá em Coração de Jesus, deputado Arlen Santiago. Que o prefeito de Coração de Jesus não tenha de arcar com a despesa da gasolina, porque não é competência dele. Que o prefeito de Montes Claros não tenha de fazer um convênio. Para se ter ideia, hoje o governo de Montes Claros faz um convênio só com a companhia de trânsito ambiental de R\$32.000,00 por mês. Aí, a Polícia Militar apreendeu um caminhão de lixo que estava irregular em Montes Claros. Sabe qual a primeira posição da prefeitura?

Apreenderam o caminhão de lixo que estava irregular? Vou cortar o convênio de R\$32.000,00. Então estamos vivendo um tempo de chantagem e reclamamos que a violência está aumentando. Por quê? Daqui a pouco vamos ter de escolher onde vamos atuar.

Digo aqui, presidente, apenas para esclarecimento, que a segurança pública em Minas Gerais não vai lá essas coisas tão lindas como querem mostrar. Apenas para esclarecimento, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros continuam pedindo socorro. Falta efetivo, sim. Deputado Arlen, citei um dado aqui - V. Exa. não tinha chegado ainda -: a cidade de São Sebastião do Maranhão, nem sei se é cidade de V. Exa., tem 10.600 habitantes e dois policiais, um policial para cada 5.300 habitantes. Pergunto: vai haver segurança pública de verdade nessa cidade? Não vai, não. Vai ter combate à violência lá? Não vai, não. Precisamos parar de puxar o saco demais do governo, que esconde a realidade; temos de parar, deputado Rogério Correia, de ser tão subservientes ao governo a ponto de escondermos a realidade. A realidade é esta: a Polícia Civil em Minas Gerais não funciona porque não tem gente; o Corpo de Bombeiros não funciona porque não tem gente; a Polícia Militar funciona porque acaba sacrificando os policiais. O que 10 militares deveriam fazer é feito por dois.

Essa é uma realidade que vai redundar no aumento da violência. O sargento diz assim: “Deputado, sei até quem é o traficante aqui na cidade, é parente de fulano. Se eu fizer isso, vou atrapalhar o convênio da PM, eles vão cortar o convênio”. É assim que funciona, deputado Rogério Correia, no interior. A chantagem é a seguinte: se você mexer com fulano ou sicrano, o prefeito corta o convênio, e a Polícia Militar vai à falência porque não tem dinheiro para pagar a conta do 190 do destacamento; a Polícia Militar não tem dinheiro para comprar papel A4, quem dá dinheiro para isso é o Consep, quem dá é a prefeitura.

Criaram o Consep para discutir política pública para a segurança. Sabe o que é Consep hoje em Minas Gerais? Um grupo de pessoas que nos ajudam a pedir esmola para socorrer a Polícia Militar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de dizer, deputado Rômulo Viegas, neste momento no exercício da presidência desta Casa, por que o tema da segurança pública é tão complexo. Obviamente, cada



deputado utiliza a tribuna e o exercício do mandato para externar seu posicionamento individual. Por dezenas e dezenas de vezes adotei a postura de cobrar do governo do Estado, e continuo cobrando, diferentemente de alguns que imaginam que não. Continuamos cobrando, e cobrando muito, do governo do Estado. Até porque, por estarmos mais próximos, nós parlamentares cobramos, à medida que realizamos audiência pública, mais efetivo, viaturas, novos equipamentos. Na data de ontem, por exemplo, aprovamos requerimento cobrando audiência pública para discutir o uso de tornozeleiras, especialmente utilizadas por traficantes, homicidas e até estupradores. Audiência pública, quando está sendo realizada, na prática exerce um poder fiscalizador em relação aos chefes de polícia e ao próprio governador. Quando um deputado, na comissão, encaminha um requerimento cobrando efetivo, ele está dizendo ao governador que está faltando efetivo. Isso é uma prática da Comissão de Segurança Pública.

Ou seja, todos os requerimentos que lá aportam são aprovados, as cobranças são feitas, e os deputados realizam audiências públicas na sede do poder, deputado Rômulo Viegas, ou em qualquer município do interior do Estado, sempre cobrando do governo do Estado. Ocorre, deputado Rômulo, que as cobranças que diuturnamente fazemos são ao governo do Estado, e vou continuar fazendo-as, porque é do meu feitio a independência que temos. É fato que, nas cidades do interior... E, por mais de uma década, venho cobrando, porque diferentemente ela não é uma posição pontual, não é momentânea, não é neste instante, e já se arrasta por mais de uma década, estou solicitando à Mesa, que está tentando localizar... Aliás, o próprio deputado Rogério Correia, em determinado mandato, assinou comigo um projeto de lei criando o Fundo Estadual de Segurança Pública - Fesp. Nesse projeto, a origem dos recursos - porque não podemos criar fundo sem apontar a fonte - são as chamadas taxas de segurança pública, que são pagas pelo contribuinte e devem ter uma vinculação expressa. Tudo isso é fato.

A nossa querida e competente Beatriz nos assessorou, e está aqui o projeto de que falei. Por sinal, estava equivocado, o projeto é o de nº 429: "Fica criado o Fundo Estadual de Segurança Pública". Está aqui, deputado Carlos Pimenta, e esse projeto tem como objetivo, ao ser aprovado, vincular as taxas de segurança pública. A diferença que temos, no tempo de atuação parlamentar no Plenário desta Casa, deputado Rogério Correia, é que os temas já foram longamente debatidos por todos nós. Falo isso porque é a terceira vez que reapresento esse projeto, com base em longo seminário de minha iniciativa e do ex-colega de partido, o deputado Edson Resende, que esteve comigo durante quatro anos no PSB. Naquela época, precisamente no ano de 2006, realizamos um seminário, deputado Rômulo Viegas - esse debate sobre segurança pública precisa ser tratado do ponto de vista macro -, onde eu disse, com todas as letras, logo que se findou o debate com as entidades de classe, com o Consep, com várias cidades... Ou seja, foi um debate longo que promovemos na Assembleia, com muitas propostas, deputado Rogério Correia - aliás, há uma foto sua entre mim e o deputado Edson Resende, quando tinha cabelo preto na cabeça. Há uma fala aqui, deputado Rômulo Viegas, que quero repetir. Nessa foto há de um lado o deputado Edson Resende, autor do requerimento, e do outro o deputado Sargento Rodrigues. Quero ler a minha fala final, do texto que publicamos, onde deixamos claro o que é a segurança pública hoje no País. Assim finalizei: "Muitas propostas foram discutidas no seminário e muitos caminhos foram apontados, mas, enquanto não tivermos a certeza de que os recursos serão vinculados à área da segurança pública, não conseguiremos o avanço desejado. É preciso que as forças de segurança do Estado tenham autonomia financeira para que os seus dirigentes possam oferecer à sociedade aquilo que ela espera e pelo que já paga todos os dias. Não propomos nenhum aumento de tributo ou de taxa, pretendemos vincular o que já existe à segurança pública; se esse recurso não for vinculado, não conseguiremos avançar o quanto desejamos".

Com relação à dependência das prefeituras, nós contra-atacamos com um projeto de lei que vincula as faixas. Agora, cobro constantemente do governo do Estado. É só acompanhar as minhas ações na Comissão de Segurança Pública. Agora, dizer que segurança pública não é dever da União é simplesmente cegar os olhos, pois ela é dever de todos, dos município, dos estados e da União. E aí não é preciso ser bacharel em direito, advogado, mestre ou doutor. É só fazer uma leitura atenta do art. 144, que assim dispõe: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares." Então, a segurança pública será exercida por todos esses órgãos enumerados no referido artigo. Ninguém aqui é louco de querer tirar a parcela de responsabilidade que o estado tem. Agora não vou ficar, como especialista em segurança pública, enxergando que, do lado de cá, há uma contrapartida enorme do governo do Estado e, pelo lado da União, há omissão, irresponsabilidade, abandono das fronteiras e o pior: uma contribuição efetiva para o afrouxamento do direito penal brasileiro.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, a situação do Estado de Minas Gerais é mesmo caótica. O choque de gestão demonstrou-se uma furada. Até compreendo que é difícil cobrar do governo do Estado, na situação em que ele se encontra, que exerça pelo menos a sua obrigação constitucional. Mas são obrigações constitucionais e têm de ser exercidas. Essa obrigação cabe ao governo do Estado. O problema é que o Estado de Minas Gerais fez uma dívida, em 10 anos, de R\$19.000.000.000,00, solicitada pela Assembleia Legislativa. Deputado Sargento Rodrigues, para V. Exa. ter uma ideia, Minas Gerais se encontra na faixa de 11,4% do limite que o Senado permite de empréstimo, ou melhor dizendo, a 0,1% do limite. Estamos na faixa de 11,4% e o Senado permite que se peçam empréstimos até a faixa de 11,5%, portanto exaurimos a possibilidade de pedido de empréstimo em Minas Gerais.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, temos em Minas Gerais uma taxa de 1,7% no limite de 2%, ou seja, não há capacidade nenhuma de investimento em Minas Gerais. Esse investimento, portanto, do governo do Estado, tem sido feito subtraindo-se os recursos que deveriam estar na saúde, na educação e na segurança pública, deixando de aplicar ali o mínimo constitucional. No caso da saúde, há o mínimo de 12%, e V. Exa. sabe que isso não é cumprido. Há uma dívida, em 10 anos, de R\$8.000.000.000,00 com a saúde pública. No caso da educação, V. Exa. é nosso parceiro e sabe muito bem que também não se cumprem os 25%. Há, portanto, outra dívida de R\$8.000.000.000,00. Em 10 anos, o Estado deu o cano em R\$16.000.000.000,00 em saúde e educação e, evidentemente, joga para as prefeituras a questão da segurança pública.

Este é o quadro do Estado de Minas Gerais. Não podemos deixar de observar isso e fingir que Minas aplica o mínimo que deveria em segurança pública. Assim como não faz em educação e saúde, o Estado de Minas Gerais não o faz também em segurança pública.



V. Exa. sabe disso, sempre reclamou dessa questão e não é pelo fato de agora estar alinhado ao senador Aécio Neves, como candidato à presidência da República, que V. Exa. deve dizer o contrário daquilo que, por sua coerência em sua vida pública, sempre o levou à tribuna desta Casa. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa., deputado Rogério Correia.

O deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, primeiramente, agradeço-lhe o aparte.

Quero dizer a V. Exa. que não vejo aqui ninguém, uma única pessoa sequer que negue a responsabilidade da União em relação à segurança pública; por sinal ela tem as suas forças de segurança pública, também insuficientes.

Nós, deputados, não podemos ficar aqui só reclamando. Reconheço sua bravura em chegar à tribuna e denunciar a situação do Estado, mas também não podemos nos conformar com a situação e dizer que só porque reclamamos e cobramos a questão do Estado está resolvida. Ela não está. O Estado de Minas Gerais, o governo do Estado de Minas Gerais continua devendo, e devendo muito, à segurança pública. Podemos até reclamar de ações, das limitações de recursos, da limitação do poder de controle, de combate à violência pelas forças da União, mas nossa função primordial, fundamental é fazer valer os compromissos do Estado, do governo do Estado de Minas Gerais. Precisamos ir além dos nossos discursos porque, senão, ficaremos somente na retórica. Reclamamos, reclamamos, mas tudo fica como dantes no quartel de Abrantes. E nada é feito.

Quero me juntar a V. Exa. - há muito tempo já estamos juntos nessa luta - para que nossa força na Assembleia Legislativa se faça valer para aparelharmos adequadamente e de acordo com as dimensões de Minas Gerais as forças de segurança pública do Estado, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil.

Meu olhar não tem foco apenas em uma condição. Não sou especialista da segurança do ponto de vista militarista, de forças de segurança. Entendo que as mais importantes forças de segurança dispõem de capacidade para fortalecer nossa gente. O deputado Rogério Correia mencionou uma questão fundamental, em nome da segurança do Estado, que é a defesa da educação e da saúde. Um governo que subtrai, além dos recursos para segurança *stricto sensu*, os recursos da saúde e da educação também está fazendo mal à segurança pública do nosso estado.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao ilustre deputado Adelmo Carneiro Leão. Quero primeiramente divergir do ilustre deputado Rogério Correia. Ele disse que o governo não aplica o mínimo em segurança pública. Deputado Rogério Correia, não existe percentual vinculado. Gostaríamos muito que existisse. Aliás, há uma PEC tramitando no Congresso Nacional para criar o Fundo Nacional de Segurança Pública, mas o governo não deseja aprovação dela. O governo federal é completamente omissos. Se fosse colocar o mínimo de aplicação em Minas Gerais - posso dizer isso a V. Exa. com muita tranquilidade -, o governo estaria aplicando acima daquilo que deveria aplicar.

Em relação à fala do ilustre colega deputado Adelmo Carneiro Leão, não se trata apenas de ser deputado e cobrar do governo do Estado por estarmos aqui. Divergi do deputado João Leite dezenas de vezes na Comissão de Segurança Pública, cobrando veementemente do governo do Estado. Ocorre que não há como e não é somente aqui - digo a V. Exa., deputado Adelmo Carneiro Leão -, é no Estado da Bahia, onde o PT governa, é no Rio Grande do Sul, onde o PT governa, ou em qualquer estado da Federação. Nenhum governador deste país conseguirá avançar em segurança pública sem que a União mostre a sua cara, sem que a União fale que tem uma parcela de responsabilidade nesse aspecto.

Quanto ao sargento que está lá naquele destacamento pequenininho e vai enfrentar o crime de tráfico, digo a ele que lembre sempre que o crime de tráfico é competência originária da Polícia Federal. Ai, deputado Adelmo Carneiro Leão, quando a Polícia Federal, quando a Polícia Rodoviária Federal não conseguem impedir que 1kg de pasta-base de cocaína passe pela nossa fronteira, ela vai chegar a Uberaba, vai chegar a Belo Horizonte, vai chegar a um município pequenininho de forma avassaladora. Isso vai destruir o tecido social, que nós, eu e V. Exa., defendemos tanto e com tanto orgulho. Vai destruir a construção de uma família tranquila, serena e que pode viver harmonicamente em sociedade. Por mais que cobremos veementemente do governo do Estado em relação à segurança pública, não há como negar que o tráfico de drogas e de armas, estas passando livremente pelas fronteiras, está impactando.

Mas está impactando, deputado Adelmo, não é somente no aumento da criminalidade da violência: está impactando nos presídios, e aí o governo do Estado paga a conta, está impactando na mortalidade.

Em relação ao tráfico, está impactando na letalidade policial. Então, aquele sargento que está lá na ponta do destacamento vai entender que, se o governo federal fizesse apenas a parte que cabe a ele, eu tenho certeza de que as forças policiais dariam muito mais conta, porque conheço essa matéria e já a discuto por mais de 15 anos neste parlamento. Assim, sei do impacto que drogas e armas têm na vida das cidades e principalmente no enfrentamento da força policial.

Agradeço e encerro minhas palavras dizendo, Sr. Presidente: não há governo do Estado, de estado nenhum, deputado Rogério Correia, que agente avançar e melhorar em segurança pública se a União não deixar de ser omissa e irresponsável.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Queria cumprimentar os ilustres deputados, pois a Assembleia votou o Projeto de Lei nº 5.164, que trata de um reajuste. A meu ver, presidente, esse reajuste está longe do que merecem os nossos servidores, deputado Adelmo, não só os efetivos, mas também os de recrutamento amplo e função pública. Acompanhamos de perto as tratativas dos servidores e dos sindicatos. Serei muito breve. Tenho 10 minutos, mas farei uso de 5 minutos apenas. O valor de 6,15% de reajuste para os servidores da Assembleia Legislativa é considerado, deputado Durval Ângelo, ainda muito baixo. Ele está muito aquém daquilo que poderíamos conceder.

Há pouco, deputado Adelmo, apresentei uma emenda a um projeto na Comissão de Fiscalização Financeira, porque o Poder Legislativo está abrindo mão de 0,23% de seu orçamento em favor do Tribunal de Contas do Estado. O termo em que se abriu mão desse percentual não passou por nós, deputados desta Casa. Acredito, deputados Ivair Nogueira, Neider Moreira e Adelmo Carneiro Leão, que V. Exas. não tiveram acesso a esse termo de entendimento entre o presidente desta Casa e a presidente do Tribunal de Contas. Como é aplicado esse percentual? Ele está sendo muito bem aplicado. Não entramos na questão do mérito, pois esse percentual será usado para reajustar os salários dos servidores do Tribunal de Contas. Nenhum deputado desta Casa votaria



contrariamente a reajustes de servidores públicos, porque essa é uma praxe da Casa. Deputado Ivair Nogueira, ao abrimos mão de 0,23%, não podemos nos esquecer das demandas dos servidores desta Casa.

Os servidores do Tribunal de Justiça, desde o ano passado, deputado Rômulo, já recebem R\$710,00 de auxílio-alimentação. A proposta aqui apresentada para o vale-alimentação é de R\$540,00. Será que nossos servidores não desejam receber vale-alimentação igual aos servidores do Tribunal de Justiça? Por que nós mesmos estamos abrindo mão desse percentual de 0,23% a favor do Tribunal de Contas, e não conseguimos melhorar o reajuste dos servidores do nosso próprio Poder?

São questões como essa que nos levaram a encaminhar a votação para que os membros desta Casa reflitam. Eu disse, deputados Ivair Nogueira e Neider Moreira, que, se Deus assim permitir - e é muito provável que permita -, talvez o deputado Dinis Pinheiro esteja na condição de vice-governador no ano que vem. Mas nós, se Deus assim permitir, estaremos aqui de volta, e precisamos, deputado Neider, olhar para dentro de nossa Casa.

Não concordo e quero externar a minha posição. Não fui consultado e, se fosse, não teria concordado. Não concordo com que a Assembleia abra mão de 0,23% em favor do Tribunal de Contas do Estado, porque precisamos, deputado Carlos Pimenta, reajustar de forma melhor os salários do nosso servidor. Então, fica um apelo ao presidente da Assembleia para, quem sabe?, melhorar o valor do auxílio-alimentação, chegando a R\$710,00. Eu, o deputado Rogério Correia e o deputado Durval Ângelo estivemos na mesa de negociação com o presidente do Tribunal de Justiça no ano passado, negociando o salário dos seus servidores. E lá, deputado Rogério Correia, conseguimos que o auxílio-alimentação dos servidores chegasse ao valor de R\$710,00. E aqui, para os servidores do nosso Poder, o valor está estacionado em R\$540,00.

Portanto, deputado Dilzon, quero manifestar-me favoravelmente à aprovação do projeto, mas registrar nos anais desta Casa que o deputado Sargento Rodrigues não concorda em abrir mão de 0,23% em favor do Tribunal de Contas do Estado. Que o deputado Sargento Rodrigues continua reivindicando que os servidores da Assembleia tenham um percentual de reajuste mais condizente com o trabalho que realizam. Não só os servidores efetivos, mas também os de recrutamento amplo. E espero que o presidente Dinis Pinheiro acate a sugestão que lhe dei: que pelo menos o vale-alimentação saia do valor de R\$540,00 e chegue a R\$710,00. São essas as nossas considerações, e encaminhamos favoravelmente à votação da matéria.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer um registro. Primeiro, um elogio ao deputado Ivair Nogueira, vice-presidente da Assembleia, e à Mesa da Assembleia. Esta atual gestão - e vi aqui o 1º-secretário, deputado Dilzon Melo, que estava no Plenário - tem tido uma postura de diálogo com os servidores, com o sindicato e as associações. Isso é louvável. Em uma democracia, temos de exercer o poder do diálogo, é fundamental. E os reajustes têm acontecido todos os anos, a Mesa sempre está sensível a partir da escuta aos representantes legais. E uma coisa que marca a atual gestão é que os auxílios assessoriais sempre foram reajustados. Tivemos boas gestões no passado, mas que não reajustavam esses auxílios, como diária, vale-refeição e auxílio-creche. Portanto, penso que é uma política correta, e quero fazer esse registro.

Quero também registrar que temos uma boa administração nesta Casa. É isso que deveria estar em letras garrafais na imprensa, que esta Casa, esta Mesa tem economizado. Esse é o meu enfoque à questão do Tribunal de Contas - e sempre fui muito crítico do Tribunal de Contas. A leitura que devemos fazer disso é que deveria ser manchete nos jornais: a Assembleia economiza, tem gestão austera, tem cortado supérfluos e gerado essa economia.

Nunca fui defensor do tribunal. Acho que lá há coisas que até hoje não se explicaram, como o próprio Ministério Público estar no tribunal. Não sei para que haver Ministério Público lá. Mesmo sendo uma norma constitucional, não o vemos funcionar e atuar. Anteriormente, quando o Ministério Público do Tribunal de Contas era o Ministério Público geral, havia maior eficiência e fiscalização.

O Tribunal de Contas é uma máquina cara, muito cara. No entanto o Tribunal de Contas de Minas Gerais, se forem considerados os 10 principais estados do Brasil, é o que menos gasta. Quando se vota numa Mesa diretora, como votamos na Mesa atual, delegamos poder a essa Mesa para administrar a Casa, negociar com servidores e buscar entendimentos com os outros Poderes, inclusive o próprio Tribunal de Contas.

O meu ponto de vista é que não podemos aqui criar uma gaiola de ouro e ter uma distinção salarial ou aumento salarial que choque com outras categorias do Estado. Tem de ser algo realista, muito pé no chão. Deixo meu elogio à Mesa. Esse registro é importante. Quanto ao que estamos votando hoje, é importante destacar e resgatar a autoridade da atual Mesa, o poder que lhe foi conferido. Temos de elogiar a postura de diálogo que a Mesa tem tido. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Presidente, também serei breve, não utilizarei nem os 10 minutos. Não poderia deixar de expor aqui a visão que tenho sobre o que aconteceu em relação a esse recurso repassado ao Tribunal de Contas. É claro que votarei favorável ao projeto de lei da Mesa da Assembleia, que reajusta os salários. Concordo com o deputado Durval Ângelo em que delegamos à Mesa as negociações, portanto cabe a esta o diálogo com os servidores. Diante das possibilidades postas, ela está fazendo o reajuste necessário. Tenho a certeza de que a Mesa está conduzindo tudo de boa forma. Quero, portanto, solidarizar-me com os membros da Mesa, particularmente com o Adelmo, que representa o PT.

Agora, presidente, quanto ao que tem acontecido, de a Assembleia Legislativa abrir mão de um repasse por não ter feito gasto daquilo que a Assembleia poderia, em tese, ter feito e, a partir disso, retornar recursos para o Tribunal de Contas, preciso dizer que tenho aí uma diferença, uma divergência. A Assembleia fazer economia é ótimo, mas é óbvio que outros setores do Estado necessitariam muito mais desse retorno de recurso financeiro, como a educação, a saúde, o saneamento básico, a segurança pública. Não seria o Tribunal de Contas.

Não considero correto que isso fique na conta da Assembleia Legislativa. Foi um acordo feito com o governo do Estado para que o repasse fosse ao Tribunal de Contas. Isso não é dito aqui. Por que isso? Porque há uma relação promíscua entre o governo do Estado e o Tribunal de Contas, da qual todos sabemos. Como exemplo, cito o termo de ajustamento de gestão - TAG - por meio do qual o



Tribunal de Contas dá um parecer favorável e assina, permitindo ao governo do Estado que, em vez de aplicar o mínimo constitucional na saúde e na educação, faça uma tabela que permita ao governo o aval de não cumprir o mínimo constitucional. Em vez disso, o Tribunal deveria exercer a punição ao governo do Estado. É uma relação de conluio, e o recurso vai parar no Tribunal de Contas, por via da Assembleia Legislativa, mas num acordo com o governo do Estado. Essa é a questão posta.

Daí, ao fazer a análise do reajuste, tenho de encaminhar com uma manifestação clara contrária a essa negociação feita. E não me digam que o governo do Estado não está por trás disso.

Sempre que havia economia, ela era repassada ao governo do Estado. Por que agora foi parar no Tribunal de Contas? O governo do Estado não diz nada, e a culpa fica na Assembleia, como se a Assembleia tivesse repassado o recurso para o Tribunal de Contas, em vez de repassá-lo ao governo. E o governo fica de bonzinho. O governo sabia que isso seria feito. Foi bom o acordo que o governo fez com o Tribunal de Contas. Isso foi acordado com o governo, é óbvio que foi, é claro que foi.

O Mauri Torres, como relator, fez uma assinatura permitindo o TAG, dizendo que o governo podia cumprir, em 2015, o mínimo constitucional na educação e na saúde. Quer relação mais promíscua que essa? Para cima da Assembleia Legislativa, para o conjunto dos deputados, não. É óbvio que o governo do Estado está por trás dessa negociação feita, para esse recurso parar lá. Eu não poderia deixar de dizer isso aqui, deputada Maria Tereza, deputadas e deputados, porque houve uma negociação do governo do Estado. Isso tem a ver, sim, com a relação - repito - promíscua que há entre o governo e o Tribunal de Contas. Isso não ocorre só com as instituições aqui em Minas Gerais. Aqui é a terra do está tudo dominado, faz-se do jeito que o governo manda, e a própria Assembleia Legislativa vai dar ao Tribunal de Contas um recurso a mais, que deveria ser retornado à educação, à saúde e à segurança pública. Mas a Assembleia não faz isso por uma visão dela, mas por um acordo feito com o governo do Estado nessa relação promíscua que existe entre os Poderes aqui, em Minas Gerais.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Sei que o pessoal está com pressa, mas, como meus colegas já fizeram vários encaminhamentos, eu e o deputado Dilzon Melo não poderíamos deixar de tratar desse assunto neste momento, porque participamos dessa negociação o tempo todo. Todos nós, deputados, representantes da Mesa, entendemos que, do ponto de vista do merecimento, do mérito, os servidores da Casa merecem mais. Nunca negamos essa possibilidade. Discutimos a possibilidade que a Casa tem para oferecer os reajustes e como esses reajustes deveriam ocorrer em relação aos diversos componentes salariais dos servidores. Estou aqui para reafirmar minha posição no sentido de que as propostas dos servidores são legítimas e merecidas, mas precisamos analisar o conjunto da obra das relações salariais. O deputado Durval Ângelo colocou isso com muita competência.

O que tenho a dizer agora tem relação com questões referidas aqui pelos outros parlamentares. Questões com as quais a Assembleia se preocupa pouco ou, se se preocupa muito, atua muito pouco, que são as relações salariais na estrutura de estado, o que é fundamental. Essas relações são absurdas.

Recentemente, o deputado Sargento Rodrigues trouxe a esta Assembleia Legislativa informações sobre o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. No meu entendimento, este estado não carece de Tribunal de Justiça Militar. Nesse tribunal há salários que chegam a R\$70.000,00, R\$80.000,00. Isso é absolutamente inaceitável, uma indecência. Sempre coloquei essa questão com muita ênfase. Entendo que o Estado brasileiro e nós, que constituímos a estrutura de estado que decide sobre as relações políticas, deveríamos estar aqui atuando, do ponto de vista de estabelecer, defender e votar relações salariais justas, em que alguém não tenha de ganhar ou não possa ganhar, na lógica de recursos de estado, salários tão elevados, que cheguem a ser afrontosos em relação ao conjunto dos trabalhadores, dos servidores públicos do Estado.

Como podemos admitir um estado pagar, em um mês, um salário - e não são apenas esses casos; vimos o mesmo lá no Senado, em outros setores e consultorias que fazem parte da estrutura do Estado - que, para a maioria, como professores e servidores públicos em geral, representa 20, 30 anos de serviço? Essa é uma questão absolutamente inaceitável, danosa à democracia, prejudicial à República. Se não temos como oferecer melhores condições para a maioria dos servidores, não tem sentido, seja para o Tribunal de Contas, seja para o Tribunal de Justiça, seja para o Ministério Público, seja para a Assembleia Legislativa, seja para os parlamentares, algo diferente. Não podemos oferecer salários que estão extrapolando, ultrapassando os limites do teto nacional salarial.

Entendo que a Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional e o Senado da República precisam tratar com mais seriedade e de maneira definitiva essa questão. Ainda vejo, presidente, decisões judiciais que permitem, em nome do direito adquirido - e pergunto que direito adquirido é esse -, as pessoas receberem salários maiores que o teto nacional. Portanto essas questões precisam ser analisadas, verificadas, votadas para termos, no País e no Estado, relações salariais justas.

Concluo dizendo que o que temos de maior valor não é apenas o objetivo de melhorar o salário dos servidores. Os servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em seu conjunto, sejam os que trabalham nos nossos gabinetes, sejam os de recrutamento amplo - ninguém está aqui para contratar alguém para não bem servir à nossa pátria e ao nosso estado -, sejam os concursados, têm oferecido ao Brasil exemplo de competência por meio da organização, do trabalho e dos serviços prestados. Então quero falar desse valor e parabenizar os servidores e as servidoras da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Lara Duarte Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;



nomeando Izabela de Souza Rosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

nomeando Aloísio de Sousa Duarte para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando Valério Lopes de Moraes, a partir de 13/5/2014, do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

nomeando Bricia Papa Alcantara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n°s 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Natália Alves de Souza Marinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT 7/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Royal & Sunalliance Seguros Brasil S. A. Objeto: prestação de serviços de seguro de vida para servidores da contratante, prestamistas do Fundhab. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação contratual por 12 meses, com manutenção da proporção estabelecida no ADT 145/2012. Vigência: 12 meses a partir de 0 hora de 3/1/2014, com término às 24 horas do dia 2/1/2015.